

Percorrendo traços da cultura escrita entre a modernidade e a contemporaneidade

Maria do Socorro de Sousa Araujo¹

Resumo: Este texto apresenta uma abordagem sobre formas de produção, difusão e consumo de textos escritos, privilegiando a epistolografia como um estilo peculiar de registro histórico. Dos manuscritos que circularam no mundo moderno europeu às sociedades latino-americanas na contemporaneidade, a cultura epistolar tem revelado uma estética de comportamentos individuais, de cunho social e político, além de demarcar práticas de convívio e instituir redes de informações entre pessoas de diferentes níveis sociais. Apontando uma percepção de si, a escrita epistolar tende a pertencer aos campos da biografia e/ou autobiografia, compondo especialmente uma memória registrada através de diferentes linguagens operadas como instrumentos de poder e sedução. E o conhecimento histórico, cujo alcance está para além dos registros de memória, procura destriçar as operações que dão sentido às tramas humanas constituidoras de múltiplas sociabilidades.

Palavras Chave: Cultura Epistolar – Autobiografia – Manuscritos

Going over traits of written culture between modernity and contemporaneous times

Abstract: This text presents an approach on production, diffusion and consumption forms of written texts, privileging epistolography as a peculiar style of history record. From the manuscripts spread all over modern Europe to the contemporaneous Latin American societies, epistolary culture has revealed an aesthetic on individual behaviors, with both social and political connotation, as well as established living practices and installed information networks which serve people from different social backgrounds. Pointing towards a self-perception, epistolary writing tends to belong to biography and autobiography fields in a special way, as a memory registered through different languages, operated as instruments of power and seduction. And historical knowledge, which reaches beyond memory records, attempts to detail the operations that give a meaning to human gatherings that constitute such multiple sociability.

Keywords: Epistolary Culture – Autobiography – Manuscripts

A epistolografia como forma de registrar informações, opiniões, sentimentos e outros tipos de memórias, é uma prática cultural e histórica que ganhou destaque no mundo ocidental a partir dos tratados de retórica. O surgimento da imprensa ainda na modernidade tornou esse tipo de escrita mais visível e, mesmo alterando sua apresentação, permanece com força no

¹ Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Mestre em História Cultural, doutoranda do IFCH da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT.

campo das comunicações, na atualidade. Investigando as variações da escrita epistolar entre a modernidade e a contemporaneidade, inicialmente convém explorar o trabalho do espanhol Fernando Bouza (2001) sobre os manuscritos que circularam entre os séculos XVI e XVII.

A obra *Corre Manuscrito: uma historia cultural do Siglo de Oro* torna conhecido o mundo ibérico através de manuscritos que circularam entre os séculos XVI e XVII. Fernando Bouza, seu autor, mapeia esse universo cultural recorrendo às várias formas de correspondências de caráter privado e/ou público destinadas a leitores-consumidores letrados ou não. Além dos conteúdos expressarem maneiras de pensar e de agir de nobres e não nobres, o estudo também revela distinções demarcadas entre os manuscritos e os escritos de imprensa. O livro referência é composto por oito textos e cada um aborda uma forma distinta de produção, consumo e circulação de manuscritos na Europa seiscentista, bem como a importância e a influência que essas escritas tiveram nos comportamentos pessoais, sociais e políticos da época.

O autor destaca um caráter peculiar da escrita na cultura européia do *Siglo de Oro*, produzida de forma manual ou mecanicamente. A forma impressa teve sua difusão e circulação bastante acelerada criando novos parâmetros de sociabilidade, alterando percepções de mundo e estabelecendo outras relações com o poder formal. Entretanto, ainda que houvesse uma luta de reconhecimento entre as diferentes natureza de escrita, Bouza mostrou que nem por isso os manuscritos adquiriam um estatuto de inferioridade. De uma maneira ou de outra, ambos os tipos se prestaram à constituição de uma memória que ganhou destaque tanto na vitalização de um tempo contínuo demarcado pela existência de acervos e arquivos, quanto na autoria de si mesmo assinalada pelas biografias e auto-biografias como legados aristocráticos e pelas disputas políticas da nobreza.

Mesmo privilegiando os manuscritos, Bouza não estabelece uma hierarquização dessa produção escriturística frente à tipográfica, mas explora a existência-convívio-consumo diário de ambas as formas de escrita. Na cultura da modernidade, é provável que os textos impressos fossem concebidos como algo desprovido de um caráter estético porque não incorporavam sentimentos e/ou registros destituídos de vivências afetivas, uma vez que os manuscritos de “próprio punho” adquiriam valores simbólicos que conferiam particularidades à sua produção.

O manuscrito era também uma forma particular de falar de si mesmo, pois revelava concepções do autor. Bouza expõe a experiência dessa escrita como guia de condutas virtuosas da nobreza que devia ser praticada como exemplo de vida que se tornaria hábito de outros segmentos sociais. O uso do gênero biográfico e/ou autobiográfico como instrumento

de formação político-social registrava uma estética de conduta pessoal que significava um necessário refinamento social, além de registrar e formalizar uma memória para a posteridade.

No *Siglo de Oro* a vida cortesã passava pela escrita que instituíra um *ethos* fidalgo. Esse tipo de escrita e leitura era próprio do procedimento aristocrático e dos primórdios da modernidade. Entretanto, esses escritos não se reduziam apenas à nobreza e a esse estilo. De forma didática, Bouza apresenta outras formas de comunicação que circulavam no Século de Ouro como, por exemplo, as *cartas de tocar* adquiriam o valor de objetos simbólicos extraordinários para além dos encantamentos amorosos, pois funcionavam como amuletos afugentando os males da vida de quem as portassem. Os *manuscritos de ofensas* que publicamente inflamavam os desafetos, as *cartas pessoais* que se configuravam como extensas redes de comunicação privada e os *escritos dos bufões* ora satirizando os acontecimentos, ora tornando públicas as intrigas palacianas, davam visibilidade às práticas de escrita e leitura existentes no universo sócio-cultural ibérico.

As formas e usos desta cultura escrita nos remetem a Roger Chartier e suas discussões sobre práticas e representações. Analisando condutas sociais do Antigo Regime, ele define que representação é a “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém [...] é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.” (CHARTIER, 1990:20) O autor nos chama a atenção para a dimensão simbólica ressaltada das práticas culturais, o que serve para compreendermos as formas como o mundo social nos é inventado, vivido, apresentado, teatralizado.

Desta forma, analisar o mundo da cultura escrita nos permite pensar as singularidades dos comportamentos sociais a partir das formas como as pessoas se apropriam de suas leituras, compreendendo como os atores sociais atribuem sentidos aos acontecimentos e ainda como as percepções de si e dos outros se manifestam nas dinâmicas sociais. Na relação de sentidos entre o mundo do sujeito e o mundo do texto, Chartier pensa uma teoria da leitura que se pauta pela apropriação dos discursos, ou seja, a maneira como os discursos afetam o leitor e como este apresenta seu olhar sobre si próprio e sobre o mundo social.

A cultura escrita é, sobretudo, memória. Como quadros que poderiam ser expostos ou conservados em condições particulares, os nobres arranjaram formas diferentes de guardar seus documentos-monumentos. Pelos cuidados que foram dispensados, notamos que havia um esforço de preservação/conservação dos manuscritos, sendo então uma ação imprescindível para produção da memória, pois o registro escrito se tornava passível de aprendizagens, consultas e conhecimento sobre seus autores e sobre as imagens do passado.

A cultura dessa escrita se espalhou para além dos territórios ibéricos e como herança alcançou o cotidiano da aristocracia rural brasileira. Dos séculos XVIII e XIX, muitos são os registros da vida diária das fazendas em forma de inventários, relatos de viagens, balancetes patrimoniais, diários íntimos, álbuns de família, etc. Escrevendo sobre a relação memória e história, e explorando registros da vida privada de fazendeiros da região do vale do Paraíba, na época do Império, Mauad e Muaze afirmam:

...as formas de registro privadas mais comuns foram os chamados ‘livros de assento’, cadernos de anotações em que o chefe da família apontava os principais acontecimentos da história doméstica (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos). O objetivo prático desse tipo de registro era desenvolver estratégias cotidianas que impedissem o esquecimento e garantissem o controle da informação, principalmente no que dizia respeito a operações associadas à preservação do patrimônio, como: o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com as safras, etc. (MAUAD e MUAZE, 2004:198)

No texto, as autoras exploram as marcas dessa escrita privada, nas quais alguns trechos dos relatos conferem às famílias nobres uma distinção social específica, sobretudo, quando visitavam a Corte, e/ou condição de civilizadas quando registravam hábitos da moda, dos negócios e condutas próprias da *boa sociedade*. Confirmando o caráter de hereditariedade da cultura do manuscrito e fazendo referência à leitura do diário da Viscondessa de Arcozelo, as autoras dizem que “o relato nos dá a impressão de que boa parte da figuração desse mundo rural oitocentista foi criada com base nas ‘tintas’ ou nas chaves de leituras dos estrangeiros, que nos olhavam de fora e teimavam em nos cadastrar à luz da linha evolutiva da sociedade européia”. (MAUAD e MUAZE, 2004:199).

Podemos tomar os manuscritos do *Siglo de Oro* como artefatos comuns que faziam parte de uma cultura tradicional da nobreza ibérica, sendo que boa parte deles se destinava à pedagogização dos costumes aristocráticos para um refinamento de suas linhagens. Essa prática escriturística muito se aproxima dos manuais de civilidade difundidos em outros universos sociais na modernidade; ou ainda, se parece com (ou lembram) os manuais de etiqueta e/ou comportamentos individuais propagados atualmente nos meios de comunicação de massa. Essas condutas que se diferenciam nas formas, parecem atravessar os tempos estabelecendo regras que reconhecem ou não pertencimentos sociais específicos.

Do século XVI aos dias atuais a escrita de si, embora se apresente sobre formas diferentes no decorrer desses tempos, ela é fundadora de identidades.² Na modernidade, a

² A expressão é usada no sentido de o indivíduo construir e reconhecer sua singularidade tomando como referência um coletivo que expressa ressonâncias de suas razões e de seus sentimentos. É a produção do “eu” que só existe na relação de valores que se estabelece com o “outro”.

materialidade dessa escrituração de si como um auto-retrato – diários íntimos, biografia e autobiografia – se ajusta a uma condição *sine qua non*: o surgimento do individualismo ocidental. Essa cultura escrita, produzindo a memória de si, intencionalmente ou não, constitui um processo de conhecimento dos sujeitos que se articulam entre as esferas do público e do privado.

Na contemporaneidade, a força da escrita epistolar também modelou comportamentos político-sociais e estabeleceu uma estética de si. O estudo de cartas como fonte de pesquisa, revela os interesses e necessidades que povoam as tramas de vida das pessoas envolvidas, bem como a rede de comunicação que se estabelece nas dinâmicas sociais. A correspondência privada dá a conhecer as operações comuns da vida cotidiana, mesmo que a produção e circulação de cartas transitem num campo familiar mais restrito. No Brasil, a utilização de correspondências como aparato documental para a pesquisa ainda é muito recente e pode ser marcada pelos estudos sobre a ditadura militar, quando militantes de esquerda escreveram vários tipos de cartas. O uso dessas fontes documentais também se deve às inovações teórico-metodológicas que possibilitaram novos aportes para produção do conhecimento histórico.

Correspondências de caráter privado funcionam como instrumentos que ao registrar suas informações, produzem sensações diversas, mexendo com a subjetividade tanto de quem as escreve, quanto de quem as lê. Num primeiro plano, uma carta parece não passar de um veículo comum que produz um movimento de notícias articulando pessoas que se encontram fisicamente distantes. A pesquisa com correspondências revela uma complexidade de ações e aprendizagens que independe da natureza e do conteúdo que cada carta carrega.

As análises a seguir têm como referência um volume de cartas pessoais que, pela leitura dos conteúdos e interpretação de seus enunciados, possibilitaram o conhecimento detalhado de uma experiência política trágica vivenciada por uma jovem estudante, entre os anos de 1964 e 1974. Essas cartas pessoais, produzidas entre os anos de 1972 e 1974, foram trocadas entre Jane e Dulce Vanini. Trata-se especialmente de duas irmãs, uma delas, autora e remetente, Jane Vanini, que vivendo politicamente clandestina em Santiago-Chile, fez de suas correspondências, entre outros sentidos, o reatamento de laços afetivos com a família.

Num total de trinta e sete cartas, Jane destinou grande parte delas a Dulce, sua irmã mais velha, a quem tratava afetivamente de “Madrinha” e que, naquele período, na condição de funcionária da empresa Mappin S/A, residia na cidade de São Paulo. Embora Dulce tenha sido a receptora das cartas, Jane também endereçou correspondências a outros destinatários como irmãos, pais, sobrinhos, cunhados e tios.

O ato de escrever e trocar cartas como práticas culturais antigas é gerador de processos sensitivos como, por exemplo, ansiedade, surpresa, alegria, angústia, entre outras emoções, que envolve tanto o autor quanto o receptor. Na dimensão desse espaço existente entre o que se escreve e o que se lê, é fundamental compreender os significados que se entrecruzam entre o conteúdo do texto e os efeitos que ele tende a produzir. Como pensar a leitura de cartas?

Para Chartier, a leitura não é um simples processo de absorção de conteúdos, pois nenhum texto se apresenta como um amontoado semântico, nem o leitor como um mero depósito para armazenar discursos. A relação leitor *versus* leitura “supõe uma multiplicidade de mediações e de intermediários entre as palavras anunciadas e a página impressa”, afirma ele. (CHARTIER, 2001: Prólogo). O leitor participa de uma cadeia de práticas culturais intensamente compartilhada entre indivíduos de grupos sociais distintos.

O leitor, por sua vez, tem uma capacidade de interpretação que é adquirida através do conjunto de aspectos normativos, legitimadores de comportamentos sociais, cujos princípios caracterizam a maneira de pensar de uma dada época. Assim, o leitor não absorve uma leitura balbuciando palavras ou com um olhar silencioso sobre o texto, mas na relação que ele estabelece entre suas competências individuais já internalizadas e a mensagem que o texto, no seu todo, disponibiliza.

É com essa complexidade que convém dispensar uma atenção especial para a intertextualidade das cartas que registra as experiências plurais de Jane Vanini, cujos relatos permitem vários olhares sobre o mundo dos militantes. Para Jane, escrever cartas era uma atividade necessária, quase compulsória, pois as cartas significavam o espaço que sacralizava sua individualização e, por conseguinte, uma dimensão identitária. As correspondências são mundos que exibem as singularidades de Jane e aparecem encarnadas no corpo de cada escrita, ora reconhecendo-se como revolucionária, ora circunscrita a si mesma.

Esses eram os espaços de construção de identidades, pois permitiam que Jane Vanini se reconhecesse na sua própria trama. Já para a família, a carta, enquanto objeto, era sinônimo de vida, pois cada correspondência recebida sinalizava a existência física dela. Enquanto conteúdo, a carta imprimia a presença do sujeito ausente. Em outras situações, as cartas eram também maneiras de expressar sentimentos e o vínculo afetivo que as acompanhavam como sombras de vida que, quase sempre, começavam ou terminavam o noticiado de cada carta:

Madrinha: Finalmente recebi sua carta. Estava realmente preocupada. A Dona Maria havia escrito ao Sérgio que a senhora estava doente dos nervos, etc., e como não recebia nenhuma notícia sua, me preocupava e supunha mil coisas. Mas parece que sua tentativa de escrever uma carta curta por semana não prosperou porque já vai fazer 2 semanas que não recebo outra. (Carta de Jane Vanini, 12/06/1973)

Querida Madrinha: Muitas saudades. Tenho uma vontade enorme de estar com vocês. Houve uns dias que passei meio na fossa. Não muito porque não posso permitir-me êsses luxos. Já tinha recebido sua carta junto com a do Papai mas queria estar sem 'meias' fossas para poder escrever. Hoje eu o estou fazendo. Aliás interrompi aqui esta carta porque acabo de receber outra carta, do dia 23 de abril com as fotos. (Carta de Jane Vanini, 04/05/74)

Embora os conteúdos das cartas também revelem aspectos da luta de militância, eles mostram, ao mesmo tempo, que o regime vigente, no que diz respeito ao controle, apesar de propagado como onipresente, não impediu que a inventividade humana construísse outras formas de sobrevivência. Como podemos notar nos trechos acima citados, códigos, datações e duplicidade de correspondências eram algumas maneiras de convívio familiar.

Durante quase cinco anos, Jane viveu inevitavelmente clandestina. Para uma militante clandestina, mais do que para qualquer outra pessoa, escrever cartas além de encurtar distâncias geográficas e físicas, estabelecia um fio condutor de relações e sensibilidades com outros mundos. A carta era um signo de sedução desenhado pela busca de si mesma e pela conquista do outro, pela personificação dos conteúdos e pelos segredos da escrita. A indistinção entre remetente, narradora e autora e o trânsito contínuo entre a imaginação utópica e a ação experimentada, revela, sobretudo, a ansiedade que permeava a vontade de ser revolucionária, a convivência com as incertezas e a opção de continuar lutando.

As circunstâncias da clandestinidade levavam o indivíduo a pensar muitos aspectos da militância política a partir de um direcionamento pessoal, ou seja, exigiam a invenção de múltiplas formas de sobrevivência, pois conviviam simultaneamente com o medo e a coragem, com um imaginário projetado e um ambiente muito adverso, com a solidão insuportável e o apoio disponível, com o companheirismo possível e o individualismo necessário, com a possibilidade de superação e a incerteza de alcançá-la.

As pessoas têm maneiras muito singulares de se apropriar do conteúdo de um dado texto. Para R. Chartier, (2001:32-33) um conjunto de normas, regras, convenções, códigos e percepções são aspectos constituidores do leitor-indivíduo e o identifica como pertencente a uma comunidade interpretativa própria. São essas características que norteiam a relação estabelecida entre a materialidade da escrita e a corporeidade sócio-cultural que o leitor comporta. Assim, a escrita nunca é algo onipotente, ou seja, a inscrição das palavras no texto de uma carta, por exemplo, não transfere o sentido para o leitor, mas é este que, com sua capacidade interpretativa e na relação com o que está escrito, elabora a construção dos significados. Um texto não traz em si o sentido, produz sentidos.

Portanto, as cartas não são redutíveis às estratégias de persuasão que sugerem demonstrar seus enunciados. Assim, palavras são trilhas que constituem um mundo particular de Jane, podendo habitá-lo livremente. Elas, as cartas, eram espaços da vida normal cotidiana, para além da normalidade de escrever, sobretudo quando foram produzidas e enviadas numa condição de vida anormal - a clandestinidade.

O tempo de cada carta - para quem escreve - está no assunto que, embora queira parecer um presente, é sempre de um passado que trata - para quem recebe. “O hoje da recepção e da leitura vêm sempre depois do hoje da escrita e depois do hoje do envio, que agora já é um ontem e esses dois hojes já sendo defasados no tempo, contem a possibilidade quase certa de aquilo que nas cartas se lê, já não é mais o que está acontecendo”.(MELO e CASTRO, 2000:15)

A correspondência que transitava entre remetente e destinatários produzia muito mais forte um efeito de presença que de ausência. Embora uma carta possa imprimir as marcas da ausência de seu autor, a letra, o assunto, o traço e o estilo de escrevê-la são representações autênticas de sua criatura. Foucault apud Werneck apresenta essa simbologia fazendo a seguinte afirmação:

...a carta torna o escritor ‘presente’ em relação a quem ele se dirige. E presente não simplesmente através das informações que fornece sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e seus fracassos, sua fortuna ou suas infelicidades; presente de um tipo de presença imediata e quase física. [...] a carta funciona como um olhar que se poussa no destinatário (através da missiva que ele recebe, ele se sente olhado) é uma forma de se entregar ao seu olhar através daquilo que lhe dizemos de nós mesmos. (WERNECK, 2000:142)

Uma carta é, portanto, instrumento de múltiplas significações e a representação simbólica do outro. O outro é o signo da busca. Em Dulce, Jane potencializava a busca de si mesma. É, portanto, no significante que se reconhece o significado. É com esse movimento de significações que Dulce, esperando, recebendo, lendo, respondendo e guardando as cartas que Jane lhe remeteu, faz crê que ela ainda continua viva e, assim, também constrói o seu outro.

Noutro trabalho de pesquisa (em andamento) boa parte das fontes que dá suporte às investigações compõe um acervo epistolar escrito por François Jentel, um padre francês que na década de 1970 se envolveu num conflito de terras na região do Araguaia, nordeste do estado de Mato Grosso/Brasil.

As cartas dirigidas aos seus Superiores eclesiásticos e outras autoridades, à imprensa, às instituições e pessoas comuns, registram as ações não só do episódio, mas também expressam as várias formas como as vivências eram constituídas na localidade de Santa Terezinha. Embora as correspondências não tratem diretamente de sua individualidade, consideramos que os registros de padre Jentel assinalam uma escrita de si, para si e para os outros,

constituindo uma memória de si que hoje se confunde com a memória do lugar e das pessoas da comunidade.

Os atores sociais que fazem parte da história do conflito têm uma relação afetiva com essa memória. O caráter de sagrado conferido aos acontecimentos do passado levou uma das integrantes da equipe pastoral a guardar todos os registros escritos daquelas experiências humanas. Desta forma, a iniciativa da Irmã Irene durante duas décadas possibilitou a organização e sistematização de todos os *guardados*, originando assim o Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, que mesmo de caráter privado, seus acervos já digitalizados estão disponíveis, sem restrições, para quaisquer pesquisadores.

A escrita epistolar de padre Jentel tem um tom denunciativo que incorpora dimensões de público e privado, política e religiosidade, além de outros registros de natureza institucional e/ou informal. Ressaltamos, porém, que é necessário dispensar atenção especial para um trabalho com correspondências, sobretudo, quando estas tratam de um passado recente, pois tendem a exercer um fascínio aos olhos do pesquisador. Ângela de Castro Gomes demarca o ofício do historiador no trabalho com esse tipo de fonte traduzindo-a como “um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza” (GOMES, 2004:15).

Reconhecemos que não há neutralidade num trabalho de pesquisa, entretanto para escapar dessa armadilha é preciso um exercício de distanciamento das fontes para não tomá-las como discursos-verdades. Nessa perspectiva, convém lembrarmos que o percurso da pesquisa deve se pautar sempre por um leque de problematizações como material das análises, pois os acontecimentos se apresentam em forma de tramas que devem ser decifrados.

Uma escrita epistolar fala sempre de uma memória que registra seus marcos através de linguagens operadas como instrumentos de poder e sedução. E como dizem Grossi e Ferreira, estes

...remetem ao encantamento do outro que, no registro do falante, tranqüiliza-se ao penetrar em sua escuta e aprisioná-lo na teia de significados que a narrativa oferece. [...] Assim a linguagem, a partir da razão narrativa, registra contornos presentes no falar dos sujeitos, demonstrando o acontecido nas dobras do tempo, como um evento que se caracteriza pelo pressuposto da verdade vivida. (GROSSI e FERREIRA, 2001:30)

Nessa ótica, a carta é um instrumento-memória que institui a representação simbólica de outros sujeitos. O outro passa a ser a onipotência da busca e a ressonância de si. É, portanto, no significante que se reconhece o significado. Tanto nas sociedades do Século de Ouro,

quanto na cultura escrita da contemporaneidade, a epistolografia estimula e instrumentaliza a discussão entre memória e história.

Compreendendo como um encontro de subjetividades e de tempos, Mauad e Muaze estabelecem ambos os campos da seguinte forma: “de um lado, a memória se apresenta cristalizada na narrativa passada, [...] de outro, a história atualiza a narrativa condensada e expande seus significados, produzindo um sentido que, por estar além do limite do relato, o traduz em conhecimento”. (MAUAD e MUAZE, 2004:227).

Referências Bibliográficas

- BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: Uma historia cultural Del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GROSSI, Y. S. e FERREIRA, A. C. *Razão narrativa: significado e memória*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, n 4. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Artes da memória, fontes orais e relato histórico*. HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, N. 23 – jul/dez. 2000, Uberlândia-Mg, Ed. da UFU, 2000.
- MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa de Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MELO e CASTRO, E. M. de. Odeio cartas. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádía Batella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WERNECK, M. H. “Veja como ando grego, meu amigo” *Os cuidados de si na correspondência machadiana*, 2000, p. 142. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádía Batella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.